

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.788 - SP  
(2019/0090925-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**EMBARGANTE** : **FOBOS PARTICIPACOES LTDA**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ ROBERTO MAZETTO - SP031453**  
: **ADRIANO FACHIOELLI - SP303396**  
**EMBARGADO** : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **FELIPE MORAES GALLARDO E OUTRO(S) - SP215764**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Fobos Participações Ltda. contra decisão de e-STJ, fls. 215-216, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

Assevera a insurgente, em síntese, que "[...] o necessário cotejo analítico entre a decisão recorrida e o v. aresto paradigma compõe justamente as razões recursais, que transcrevem minuciosamente a diferença entre os julgados e as razões pelas quais o recurso merece ser conhecido" (e-STJ, fl. 219).

É o relatório.

O art. 1.022 do CPC/2015 traz as seguintes hipóteses de cabimento dos embargos de declaração: a) obscuridade; b) contradição; c) omissão no julgado, incluindo-se nesta as condutas descritas no art. 489, § 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida; e d) o erro material.

Com efeito, ao contrário do que afirma a parte embargante, não se verifica, no julgado questionado, o alegado erro material, uma vez que a mera juntada dos arestos paradigmas não atende aos requisitos legais e regimentais para a interposição do recurso especial com base na alínea "c" do permissivo constitucional.

A propósito:

[...] IV - O recurso especial também se fundou em dissídio jurisprudencial. Sucede que deixaram os recorrentes de realizar o cotejo entre o acórdão recorrido e os paradigmas, de modo analítico, pormenorizando e indicando sobre quais pontos repousam as controvérsias. Não basta, como in casu, limitar-se o recorrente a colacionar ementas dos acórdãos tidos como paradigmas, deixando de efetivamente demonstrar a similitude fática entre as decisões. Evidencia-se, portanto, a desarmonia com as exigências impostas no art. 1.029, § 1º, do CPC/2015, e no art. 255, § 1º, do RISTJ. No mesmo sentido: REsp n. 1.718.906/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/4/2018, DJe 23/5/2018.

[...] VIII - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.365.442/MS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/9/2019, DJe 26/9/2019)

[...] 2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de

# *Superior Tribunal de Justiça*

declaração.

3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado - quando suficiente para a manutenção de suas conclusões - impede a apreciação do recurso especial.

4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

5. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.

6. Agravo não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.322.483/MG, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 26/9/2019)

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

